

“Aumento da *prime* não afeta dívida”

Valter Melo

O assessor econômico do ministro Delfim Netto, Akihiro Ikeda, disse ontem que a elevação da «prime rate», nos Estados Unidos, não afeta diretamente a dívida brasileira. Isso porque — explicou — a «prime» é usada como referência pelos bancos para empréstimos às empresas domésticas.

A influência na dívida brasileira fica por conta da Libor, porque a tendência dessa taxa é de acompanhar a «prime rate». Foi por isso que quando em 30 de março a «prime rate» subiu de 11 para 11,5 por cento, a Libor aumentou para 11 por cento, nos empréstimos a médio prazo. Foi a maior elevação desde agosto de 1982, por ocasião da moratória mexicana e anterior ao início das negociações do Brasil com o Fundo Monetário Internacional. No dia 5 passado, a «prime» subiu novamente, para 12 por cento.

Tradição

Tradicionalmente, segunda Ikeda, os empréstimos contraídos pelo Brasil adotam como referência a Libor, mesmo naqueles em que os bancos norte-americanos participem com maior percentual do volume total, como o último «jumbo» de US\$ 6,5 bilhões. Nos contratos com bancos japoneses, a taxa vigente é a «prime» japonesa.

Ikeda disse também que o aumento de 8,5 para 9 por cento das taxas de redescontos do Federal Reserve (banco central dos EUA) não afeta a dívida brasileira. Ele entende que tal elevação é reflexo do próprio comportamento das taxas de juros nos empréstimos dos bancos comerciais norte-americanos aos tomadores preferenciais, e, em segundo plano, significa o endurecimento do Fed em relação à política monetária interna. Em outras palavras, se os bancos aumentam em 0,5 por cento os juros de seus empréstimos, o Fed eleva também a remuneração de seus serviços aos bancos afiliados.

Ikeda informa que o Banco Central está fazendo os cálculos para saber o quanto será elevada a dívida externa brasileira. Ele próprio diz não ter informações a respeito, acrescentando que o aumento das taxas de juros somente vão refletir nos pagamentos da dívida no segundo semestre, sendo outubro o mês de referência.

O assessor do ministro Delfim Netto considera como alternativa mais viável o incremento do superávit comercial para fazer frente ao aumento das taxas de juros internacionais e, em consequência, da dívida externa brasileira.

No momento, a meta é um superávit de US\$ 9,1 bilhões, estimativa que pode ser reavaliada de duas maneiras: reduzindo ainda mais as importações ou aumentando as exportações. As duas alternativas esbarram ou em dificuldades internas e externas. Inibindo ainda mais as importações, há o inconveniente de aprofundar a recessão, e a proposta de aumentar as exportações além do que já está previsto esbarra no protecionismo dos parceiros comerciais.

O próprio Ikeda lembra que este ano o Brasil deverá economizar entre US\$ 1,5 e 1,6 bilhão com importações líquidas de petróleo, por conta da queda do consumo interno e do aumento da produção interna.

Banqueiros

O American Express International Corporation Banking está interessado em aumentar seus negócios com o Brasil, inclusive no financiamento às importações e exportações. Esse banco comercializa no Brasil o seu cartão de crédito «American Express». No ranking, é um dos credores médios do País.